

DESMATAMENTO E ESCASSEZ ALIMENTAR DA FAUNA SILVESTRE NO NOROESTE DO PARANÁ IMPACTOS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Gabriel Bueno Batista
Lázaro Gabriel Fonseca Da Silva
Thyago Luís Vega Vieira

Valéria Cristina da Silva Ferreira Soares
Emerson José Ramalho
valeria.soares@escola.pr.gov.br

Colégios Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Parananapoema, Paraná

Resumo

O desmatamento no noroeste do Paraná tem provocado impactos significativos na biodiversidade local, especialmente na oferta de alimentos para a fauna silvestre. A retirada da vegetação nativa reduz a disponibilidade de frutos, sementes e insetos, levando espécies a migrarem para áreas urbanas em busca de sobrevivência, o que gera desequilíbrios ecológicos. Este projeto desenvolvido no Clube de Ciências da Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa tem como objetivo investigar a relação entre desmatamento e escassez alimentar da fauna, articulando o conhecimento teórico e o empírico científico por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A metodologia envolve levantamento de dados oficiais, observação direta em áreas degradadas, entrevistas com a comunidade, oficinas educativas e o plantio de espécies nativas frutíferas. Espera-se como resultado a sensibilização da comunidade, a recuperação de áreas degradadas, a criação de corredores ecológicos e a redução dos conflitos entre fauna e populações humanas. Conclui-se que a integração entre ciência teórica, prática empírica e participação social é essencial para restaurar o equilíbrio ecológico e garantir a sobrevivência da fauna regional.

Palavras-chave: desmatamento; fauna; alimentação; reflorestamento; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O avanço do desmatamento no noroeste do Paraná, impulsionado por fatores como a expansão agrícola, a exploração madeireira e a urbanização desordenada, tem provocado intensas alterações ambientais, sobretudo a redução dos habitats naturais e a consequente diminuição da oferta de alimentos para a fauna silvestre. Esse processo de degradação ambiental vem se intensificando ao longo das últimas décadas, comprometendo o equilíbrio ecológico da região.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Brasil 2023), a fragmentação dos ecossistemas paranaenses compromete a sobrevivência de diversas espécies, principalmente pela redução da disponibilidade de recursos alimentares e abrigos. Nesse sentido, a perda de cobertura vegetal afeta diretamente a cadeia alimentar dos animais silvestres, alterando

processos ecológicos fundamentais. Primack e Rodrigues (2018) destacam que a redução da biodiversidade é um dos efeitos mais graves do desmatamento, impactando tanto plantas quanto animais que dependem dos ambientes florestais para sua sobrevivência.

Para além dos aspectos ecológicos, é preciso compreender que o desmatamento não se restringe à retirada da vegetação. Silva (2021) salienta que o fenômeno deve ser entendido em sua dimensão social, econômica e ambiental, visto que repercute diretamente na saúde, na segurança alimentar e no equilíbrio ecológico das comunidades humanas e animais. Assim, torna-se fundamental adotar uma abordagem integrada, capaz de relacionar os impactos ambientais com a vida das populações locais.

Nesse contexto, o presente projeto busca articular a dimensão empírica, por meio de observações de campo, entrevistas e registros locais, com a fundamentação teórica, de modo a construir um diagnóstico mais abrangente acerca dos impactos do desmatamento na região. O objetivo central é investigar como a supressão da vegetação tem influenciado a alimentação da fauna silvestre no noroeste do Paraná e, a partir disso, propor estratégias de conscientização e ações de reflorestamento sustentável que possam contribuir para a recuperação ambiental e o fortalecimento da biodiversidade.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa será estruturada em cinco etapas articuladas entre si, de modo a integrar o referencial teórico com a prática empírica. Como destaca Gil (2019), a organização metodológica em etapas é fundamental para garantir a consistência e a credibilidade dos resultados de uma investigação científica.

Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir do levantamento em livros, artigos científicos e relatórios de órgãos ambientais, como IBGE, ICMBio, IAT e MapBiomias. Essa etapa busca fundamentar teoricamente o estudo, fornecendo indicadores sobre o avanço do desmatamento e seus impactos. Severino (2017) enfatiza que a pesquisa bibliográfica é essencial para compreender o estado da arte do tema investigado, permitindo que o pesquisador situe sua análise no conjunto de conhecimentos já produzidos.

Em seguida, será feito o mapeamento das áreas afetadas, por meio da análise de imagens de satélite e de visitas técnicas às regiões degradadas, com o objetivo de identificar pontos críticos de desmatamento. De acordo com Trivelato e Silva (2011), o uso de recursos tecnológicos, aliado ao trabalho de campo, contribui para uma leitura mais crítica do espaço e para a compreensão integrada dos processos ambientais. Nesse sentido, o mapeamento não se restringe a uma dimensão técnica, mas também assume caráter pedagógico e investigativo, aproximando ciência e comunidade.

A terceira etapa consistirá na pesquisa empírica, que envolverá a aplicação de entrevistas e questionários com moradores, agricultores, professores e técnicos ambientais, além de registros fotográficos e anotações de campo. Essa dimensão qualitativa busca compreender as percepções locais sobre a escassez alimentar da fauna e os impactos do desmatamento na vida cotidiana. Como

observa Minayo (2014), a pesquisa qualitativa valoriza o olhar e a escuta dos sujeitos, possibilitando captar sentidos e significados atribuídos aos fenômenos socioambientais.

Posteriormente, serão desenvolvidas ações de educação ambiental, organizadas na forma de oficinas e palestras em escolas e comunidades. A intenção é estimular reflexões sobre a relação entre desmatamento, biodiversidade e qualidade de vida, incentivando práticas de preservação. Loureiro (2019) defende que a educação ambiental deve ser entendida como prática social crítica, voltada para a formação de sujeitos conscientes e capazes de intervir na realidade. Desse modo, as oficinas e palestras buscarão não apenas informar, mas também engajar a comunidade na transformação do território.

Por fim, serão implementadas ações práticas de reflorestamento, com o plantio de mudas nativas frutíferas, como pitanga, araçá, guavira e jabuticaba. Essa iniciativa será acompanhada pelo monitoramento do crescimento das plantas e da presença da fauna nas áreas restauradas. Assim, o percurso metodológico aqui delineado pretende articular teoria e prática, técnica e vivência comunitária, resultando em um processo de pesquisa comprometido tanto com a produção científica quanto com a transformação socioambiental do território estudado.

RESULTADOS ESPERADOS/PARCIAIS

Espera-se como resultado a produção de conhecimento científico-empírico, a partir da sistematização de dados teóricos e observacionais que evidenciem os impactos do desmatamento sobre a fauna silvestre e sobre o equilíbrio ecológico regional. Esse processo permitirá integrar teoria e prática, gerando um diagnóstico que não apenas registre dados, mas que também estimule reflexões críticas acerca da relação entre sociedade e natureza.

Outro resultado previsto é a conscientização da comunidade, promovendo maior entendimento sobre a importância da preservação ambiental e a necessidade de práticas sustentáveis. Carvalho (2021) argumenta que a educação ambiental deve formar sujeitos ecológicos, capazes de compreender sua interdependência com o meio ambiente e de transformar comportamentos individuais e coletivos. Nesse mesmo sentido, Reigota (2017) defende que a educação ambiental deve estar enraizada no cotidiano das pessoas, reconhecendo suas práticas culturais e sociais como elementos centrais para a mudança de atitudes.

Espera-se ainda o fortalecimento do engajamento social, materializado na participação ativa de estudantes, professores e agricultores em ações de reflorestamento e preservação. Loureiro (2019) enfatiza que a educação ambiental crítica precisa assumir caráter político, estimulando sujeitos a se reconhecerem como agentes transformadores em seus territórios. Dessa forma, a participação social não será apenas colaborativa, mas também emancipatória, ampliando o protagonismo das comunidades envolvidas.

O mapeamento crítico das áreas mais degradadas também é um resultado esperado, permitindo elaborar diagnósticos locais que sirvam tanto para orientar políticas públicas quanto para fundamentar iniciativas comunitárias. Esse processo, além de técnico, terá caráter pedagógico,

favorecendo uma leitura crítica do território e promovendo o diálogo entre saberes científicos e populares.

A recuperação ecológica é outro resultado importante, por meio da recomposição de áreas degradadas com espécies nativas frutíferas, ampliando a disponibilidade de alimentos para a fauna e promovendo o restabelecimento de funções ecológicas. Além disso, essa ação fortalecerá a relação simbólica das comunidades com o território, valorizando práticas de cuidado e pertencimento.

Com isso, projeta-se também a redução dos conflitos fauna-humanos, uma vez que a recomposição da oferta alimentar em habitats naturais diminuirá a presença de animais em áreas urbanas e agrícolas. Essa diminuição contribui para uma convivência mais equilibrada e harmônica, reduzindo riscos tanto para a fauna quanto para as populações locais.

Por fim, espera-se o fortalecimento de parcerias, promovendo a integração entre escolas, universidades, órgãos ambientais e comunidades locais. Para Carvalho (2021), a construção de redes colaborativas amplia as possibilidades de transformação socioambiental, enquanto Loureiro (2019) ressalta que tais parcerias só ganham sentido quando se orientam pela perspectiva da justiça social e ambiental. Assim, a cooperação entre diferentes atores possibilita não apenas a execução das ações, mas também a consolidação de processos coletivos duradouros, enraizados na crítica e na emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmatamento no noroeste do Paraná representa um desafio socioambiental complexo, que não pode ser entendido apenas pela teoria ou apenas pela prática, mas sim pela articulação entre o científico e o empírico. Este projeto demonstra que a preservação da fauna depende da união entre o conhecimento acadêmico, a observação direta da realidade e a mobilização comunitária. Conclui-se que ações de reflorestamento e educação ambiental são caminhos fundamentais para restaurar o equilíbrio ecológico e garantir a sobrevivência das espécies silvestres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Relatórios e dados estatísticos sobre meio ambiente*. Brasília: IBGE, 2023.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). *Relatório de conservação da biodiversidade no Paraná*. Brasília: ICMBio, 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MAPBIOMAS. Projeto de mapeamento anual da cobertura e uso do solo no Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da conservação*. Londrina: Editora Planta, 2018.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; GANDOLFI, Sergius. *Restauração de florestas tropicais: subsídios para uma definição metodológica e indicadores de avaliação*. In: FAPESP. *Diretrizes para políticas públicas em restauração florestal*. São Paulo: FAPESP, 2007. p. 15-30.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

TRIVELATO, Silvia Luzia Frateschi; SILVA, Roseli Pacheco Schnetzler. *A formação do professor e a prática de ensino de Ciências: reflexões e propostas*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.